

ABORDAGEM ACERCA DA INCLUSÃO DE UM ALUNO AUTISTA NO ENSINO REGULAR

Área Temática: Educação

Lidiane Hott de Fúcio Borges^{1*}, Hellen Cristine Prata de Oliveira², Élide Tamara Prata de Oliveira³ e Regina Coeli⁴

^{1*} Mestre em Engenharia dos Materiais, Prof. da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (lidianehtott@yahoo.com).

² Doutora em Engenharia dos Materiais, Prof. da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu.

³ Mestre em Educação Matemática, Prof. da Rede municipal de Juiz de Fora.

⁴ Doutora em Educação, Prof. Da Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O processo de inclusão do aluno autista na escola nos tempos atuais tem-se mostrado deficiente, pois os professores da educação básica não estão preparados para lidar com alunos especiais em suas turmas, seja em classes regulares seja em classes especiais. Este estudo foi motivado, principalmente, pelas enormes dificuldades em se admitir a questão da inclusão na educação regular brasileira. E vem analisar a inclusão de um aluno autista matriculado em uma escola regular da rede municipal de Juiz de Fora (MG). A pesquisa de campo foi realizada baseada no estudo de caso, através de entrevistas semi-estruturadas com a mãe do aluno autista e três profissionais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). No espaço escolar, o estudo foi realizado através de dois questionários, um deles aplicado aos colegas do autista e outro aplicado a alguns professores. Através dos resultados, notou-se que na inclusão é necessário o desenvolvimento do aluno especial, como os demais alunos, salvo suas limitações. Sendo de total relevância a capacitação dos professores ao lidar com a inclusão.

Palavras chave: autismo, educação especial, inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi motivado pela falta de preparo, de uma professora de matemática do ensino fundamental da educação básica, ao incluir um aluno diagnosticado autista⁹ no processo de ensino-aprendizagem em uma de suas salas de aula regulares, de 7º ano, em escola pública.

Como fazer para que a inclusão não seja apenas uma inclusão social, esquecendo-se das potencialidades que podem ser desenvolvidas pelo aluno autista, dentro de seus limites, no ambiente escolar? Como contribuir para que esta inclusão se dê de fato, indo além de uma simples matrícula no ensino regular? Estes são desafios a serem vencidos pelos educadores matemáticos.

Esta pesquisa tem por objetivo verificar como se procede a inclusão de alunos com

necessidades especiais em classes comuns do ensino regular. A questão de investigação, portanto, consiste em analisar alguns casos de inclusão que estão presentes em diversos trabalhos, comparando-os com a situação de inclusão vivenciada pela professora em sua sala de aula, de forma que seja observado como tem sido praticada a inclusão nas escolas regulares e até que ponto tal modalidade deixa de ter caráter de inclusão ou se torna 'excludente', trazendo ou não benefícios para o aluno e sua família que, buscam na escola, apoio para seu desenvolvimento pleno.

No que tange aos procedimentos metodológicos, um acompanhamento do aluno autista na sala de aula regular pela professora, vai se estruturar como um estudo de caso e um conjunto de dados específicos foram coletados em entrevistas com alguns professores da escola, objeto de estudo, bem como a família e os colegas do

⁹ Neste estudo, o aluno autista, de 15 anos, terá o pseudônimo de Teo.

aluno autista, perfazendo com uma gama de detalhes um cenário de pesquisa qualitativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma breve reflexão sobre o autismo

A palavra autismo é oriunda da junção de duas palavras gregas: “*autos*” que significa “em si mesmo” e “*ismo*” que significa “voltado para”, ou seja, o termo autismo originalmente significava “voltado para si mesmo” (GOMES, 2007).

As definições mais atuais do autismo são dadas por dois documentos distintos: CID-10¹⁰ e DSM-IV-TR¹¹, nos quais o autismo é classificado como um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), ou seja, autismo é um distúrbio do desenvolvimento apresentando perturbações no trio: interação social, comportamento e comunicação. Como exposto, o autismo é tido como uma deficiência que representa uma disfunção global do desenvolvimento e de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), “os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo” (p.15).

E embora o autismo seja classificado como um distúrbio de desenvolvimento com alterações nas relações sociais, na comunicação e no comportamento, na maioria dos casos, essa deficiência é também acompanhada por alguma deficiência mental (GOMES, 2007; GAUDERER, 1993; SERRA, 2004; CAMARGO, 2007; MARTINS, 2007). Segundo Gauderer (1993) cerca de 75% dos

autistas convivem com algum nível de retardo mental.

Outras características do autismo são descritas por Grandin & Scariano (1999): O autismo é um distúrbio do desenvolvimento. Uma deficiência nos sistemas que processam a informação sensorial recebida fazendo a criança reagir a alguns estímulos de maneira excessiva, enquanto a outros reage debilmente. Muitas vezes, a criança se “ausenta” do ambiente que a cerca e das pessoas circunstantes a fim de bloquear os estímulos externos que lhe parecem avassaladores. O autismo é uma anomalia da infância que isola a criança de relações interpessoais. Ela deixa de explorar o mundo à sua volta, permanecendo em vez disso em seu universo interior. (GRANDIN & SCARIANO, 1999, p.18)

Assim, a pessoa autista permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como um meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele. Na verdade, quando uma criança autista se isola do mundo externo é de acordo com Grandin & Scariano (1999) uma fuga para filtrar os estímulos externos, pois caso contrário, o excesso de muitos estímulos simultâneos causa nos autistas ataques de nervos, gritos e outros comportamentos inadequados.

Segundo essas autoras, as causas para o autismo ainda são desconhecidas, apesar de haver vários estudos e pesquisas na busca das mesmas, mas ele é identificado através dos sintomas e características que surgem ao longo do tempo. A maioria das crianças começa a mostrar sintomas de autismo entre 18 a 24 meses e os meninos são mais afetados pelo autismo do que as meninas. Numa proporção de uma menina para quatro meninos.

Algumas das características encontradas em uma pessoa autista, de acordo com Grandin & Scariano (1999), Gauderer (1993), Serra (2004), Martins

¹⁰ CID 10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com Saúde (conhecida também como Classificação Internacional de Doenças). Foi aprovada em uma Conferência Internacional convocada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Genebra no ano de 1989 e que entrou em vigor em janeiro de 1993 e permanece até hoje.

¹¹ DSM IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais que foi atualizado no ano de 2002 e elaborado pelos psiquiatras da Associação de Psiquiatria Norte-americana.

(2007), e Gomes (2007) são: contato visual difícil sendo normalmente evitado; ecolalia (repetição de palavras ou frases); preferência em estar só; não responde as ordens verbais (atua como se fosse surdo); recusa em ouvir; incapacidade de estabelecer interações sociais com outras crianças; dependência de rotinas e resistência à mudança; pode começar a desenvolver a linguagem, mas repentinamente isso é completamente interrompido sem retorno; apresenta certos gestos imotivados como balançar as mãos ou balançar-se; fazem movimentos repetitivos; cheira ou lambe os brinquedos; resiste à mudança de rotina; demonstra desigualdade em habilidades motoras.

Vale ressaltar que cada autista tem suas características e limitações próprias, ou seja, um autista dificilmente se comportará igual a outro autista.

O que os documentos legais dizem a respeito da inclusão?

Há, tanto na legislação brasileira quanto na legislação internacional, vários documentos, decretos, leis, conferências, declarações que versam sobre a inclusão e a educação especial. Para esclarecer o que se entende por inclusão será feito o uso das palavras de Carvalho (2004 apud Silva, 2007), o qual afirma:

Por inclusão estou me referindo ao acesso, ingresso e permanência desses alunos em nossas escolas como aprendizes de sucesso e não como números de matrícula ou como mais um na sala de aula do ensino regular. Estou me referindo à sua presença integrada com os demais colegas participando e vivendo a experiência de pertencer, isto é, estar no palco, sem ser herói ou vilão (CARVALHO, 2004 apud SILVA, 2007, p.122).

Dessa forma, a mera matrícula de um aluno com necessidades especiais na escola regular não é suficiente para se dizer que ele está incluso, é necessário garantir sua permanência e desenvolvimento de suas habilidades no espaço escolar.

Uma definição para educação especial está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/96, em vigência, a qual dedica o Capítulo V à educação especial e em seu artigo 58 encontra-se que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, Art. 58).

Em outras palavras, educação especial é a educação fornecida aos alunos portadores de alguma deficiência e o termo 'preferencialmente' escrito na LDBEN não deixa claro que a educação especial se dá necessariamente em classes regulares de ensino, dessa forma torna-se possível se ter a educação especial fora da rede regular de ensino, por exemplo, em classes especiais ou até mesmo em escolas especializadas.

Para complementar as ações da educação especial tem-se no artigo 24 do Decreto nº 3.298/99, o qual regulamenta a Lei nº 7.853/89, que a oferta da educação especial deve ser gratuita e obrigatória nos estabelecimentos públicos de ensino, sendo que todo aluno com necessidades especiais têm direito aos mesmos benefícios concedidos aos demais alunos. Em ambos os documentos, Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.069 de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, é garantido a toda criança e adolescente o "direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, Art. 205; BRASIL, 1990, Cap. IV, Art.53).

Dessa forma, para dar suporte ao aluno deficiente e promover um avanço no seu desenvolvimento "é dever do estado assegurar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino"

(BRASIL, 1988, Art.208, Inc. III; BRASIL, 1990, Cap. IV, Art. 54, Inc. III). E de acordo com o Decreto nº 6571 de 2008, esse Atendimento Educacional Especializado (AEE) é definido como "conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular" (BRASIL, 2008, Art. 1, Parágrafo 1), ou seja, o AEE é, então, um reforço para o ensino regular e não seu substituto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa analisou a inclusão de um aluno autista no ensino regular utilizando o estudo de caso de Bogdan & Biklen (1994) e Flick (2009). Para este estudo foi feito inicialmente um contato com a mãe do aluno Teo, que o acompanha até a escola todos os dias, para lhe explicar os objetivos da pesquisa. A mãe de Teo repassou as informações para seu marido e ambos concordaram e assinaram o termo de consentimento da pesquisa, pois para eles, esse trabalho é um meio para se obter mais informações sobre o autismo, como lidar com suas características e comportamentos.

Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a mãe de Teo, na própria residência dela, em um horário em que ele não estava em casa, pois a mãe justificou-se dizendo que não gostava de falar do filho na presença dele. Nessa entrevista foram abordados os seguintes temas: a infância de Teo, sua entrada na escola, as mudanças ocorridas na fase escolar, o contato com as outras pessoas e sua comunicação com as mesmas.

Com o intuito de conhecer as atividades desenvolvidas com o aluno e seus progressos obtidos desde 2001, ano em que ele começou a frequentar a APAE, o Teo também foi observado em seu dia-a-dia na APAE. Foram analisadas, juntamente com os profissionais responsáveis pelo trabalho nessa instituição, todas as atividades desenvolvidas nesse ambiente e como se dava a participação dos alunos nas mesmas.

Além dessas tarefas, a pesquisadora, enquanto professora do Teo, manteve-se atenta a todos os comportamentos e mudanças ocorridas com ele, não só durante suas aulas, mas em todo o ambiente escolar. E, por se manter atenta aos fatos

ocorridos em sala é que a pesquisadora viu a necessidade de elaborar um questionário a partir de uma discussão com os alunos da turma de Teo a respeito da inclusão. Foi aplicado um 'questionário infantil' aos demais 23 alunos da turma.

Concomitante a essas pesquisas e conversas, foi repassado aos professores das disciplinas de Artes, Educação Física e Informática um questionário indagando sobre como o Teo se comporta em suas aulas. A escolha por essas disciplinas foi feita com base no fato de elas serem disciplinas mais livres de um conteúdo maçante que exija muito do adolescente pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os principais resultados da pesquisa. No tópico de 'Pesquisa de campo' serão abordadas a entrevista com a mãe do Teo e a visita à APAE, enquanto que no tópico 'Questionários' serão explicitados os resultados dos dois questionários aplicados no ambiente escolar.

Pesquisa de campo

Na entrevista semi-estruturada e conversas informais realizadas com a mãe de Teo, ficou-se sabendo que a entrada do Teo na escola se deu aos 5 anos de idade em uma escola pública da rede municipal da cidade de Juiz de Fora (MG), na qual ele permanece até hoje, aos 15 anos. A mãe comentou que quando foi procurar vaga para seu filho nesta escola, a direção não teve dificuldades para aceitá-lo e logo que começou a estudar, sugeriram a ela procurar tratamento com um fonoaudiólogo e psicólogo para o filho. O que ela só conseguiu na APAE, três anos mais tarde.

Na APAE as atividades desenvolvidas com o Teo são: ludoterapia (na área de psicologia), psicomotricidade, terapia ocupacional e hidroterapia.

Conversando com os profissionais da instituição que atendem o Teo, todos afirmaram mudanças positivas desde a sua entrada na APAE, como: mais sociável, mais calmo, mais feliz e participativo nas atividades propostas. Estas atividades são desenvolvidas com apoio de materiais concretos, pois fazer uso da abstração é difícil para compreensão por parte de alunos especiais.

Já no ambiente escolar, a mãe de Teo relata que antes dele entrar na escola ele era mais calado, mais tímido e até muito nervoso, mas depois que se iniciou no ensino regular ele foi tornando-se mais calmo, mais esperto, e foi se interessando por outras atividades, até mesmo em se comunicar com as pessoas. Ela comentou também que antes de entrar na escola ele não tinha conhecimento nenhum, não sabia identificar nada, nem o nome do irmão, nem o nome dele e foi na escola que aprendeu a identificar seu nome e demais objetos.

Quando questionada se era válido ou não a inclusão de pessoas com necessidades especiais em classes regulares de ensino, ela disse que é válido e fundamental para a qualidade de vida desta pessoa, e melhor é que a inclusão também traz benefícios para todos ao redor, uma vez que eles têm a oportunidade de aprenderem a conviver com a diversidade e enquanto ao Teo, ela não vê nenhum problema com a inclusão, pois os colegas e a direção respeitam suas necessidades.

Questionários

Com relação ao questionário aplicado aos professores de Artes, Educação física e Informática, apenas um deles, a professora de Artes, não tinha em sua experiência de docência lecionado para alunos com necessidades especiais. Quando questionados sobre as atividades desenvolvidas com o Teo, os três professores relataram que elas eram realizadas com a ajuda dos colegas ou do próprio professor.

O professor de Educação Física respondeu que as atividades são atividades lúdicas de coordenação motora (relacionada a movimentos), a professora de Artes colocou que também trabalha com a coordenação motora e visual, porém através de desenhos e colagens e a de Informática desenvolve com o Teo atividades de pintar, digitar e alguns jogos.

Os três professores ressaltaram que respeitando o interesse e a limitação do aluno é possível que ele execute as atividades propostas. Quanto ao relacionamento do Teo com o professor e demais alunos, os professores se posicionaram da seguinte forma:

O relacionamento tanto com a turma, quanto comigo, é amigável e a turma o

respeita e nunca discrimina sua participação, quando aleatoriamente ele participa em conjunto com todos os alunos (Professor de Educação física).

O aluno em questão é quieto, dócil, carinhoso, calmo, de fácil convívio, apresentando características próprias do autista, que é viver em seu próprio mundo, sem interagir com os colegas, mas receptivo quando procurado (Professora de Artes).

O aluno é amável com seus colegas e comigo. Às vezes, não responde aos estímulos externos (Professora de Informática).

Nota-se dessa forma, um relacionamento amigável com os alunos e professores. Porém no 'questionário infantil', os colegas, em sua maioria, se mostrou contrários a inclusão do Teo em classes regulares. Dos 23 questionários, 15 alunos responderam que o Teo deveria estar matriculado em uma classe especial. As explicações são as mais variadas possíveis: que na escola regular, na qual o Teo está matriculado, tem muito barulho o que é ruim para ele, enquanto que na escola especial existem pessoas para ajudá-lo, que vão dar mais atenção a ele, que ele vai aprender mais em uma escola especial do que na escola regular, que na escola especial as pessoas sabem como lidar com ele.

Ao todo, dos 23 alunos, 19 estudam com o Teo há dois anos ou mais, e os demais há um ano. E dentre os 23 alunos somente 6 sabiam qual o nome da deficiência que o Teo tem, mas isso não significa que eles saibam, de fato, o que é autismo; 5 responderam que sabiam qual era a deficiência, mas não lembravam o nome; 10 disseram que não sabiam qual era a deficiência e 2 colocaram que sabiam a deficiência, mas responderam errado; um escreveu que 'ele fica muito irritado dentro de sala' e outro colocou 'cabeça'.

Os professores, muitas vezes, por estarem desinformados e por serem inexperientes no assunto sentem dificuldades em trabalhar com o Teo, e alguns deles não conseguem realizar as atividades propostas com o aluno especial em todas as aulas.

Este fato foi comprovado na resposta obtida do questionário realizado com os alunos, quando eles foram indagados se "Todos os professores conseguem realizar atividades com o Teo durante as aulas ou,

às vezes, ele fica sem fazer nada?”, a maioria dos alunos (13 alunos) respondeu que ‘nem todos professores dão atividades para o Teo’ ou que ‘ele, às vezes, fica sem fazer nada’, 5 alunos responderam que ‘todos professores ajudam como podem’, 3 deixaram em branco e 2 responderam apenas ‘sim’ ou ‘não’.

Como uma escola pretende fazer ‘inclusão’ se os próprios colegas de sala não têm conhecimento da deficiência que o colega possui? Como poderão ajudar o colega com necessidades especiais se desconhecem suas limitações e dificuldades?

Não tem como o aluno especial, como o Teo, obter uma aprendizagem significativa e um bom desenvolvimento, no ensino regular, se a escola (direção, coordenação e professores) não for capacitada para tal. Ainda mais considerando, por parte do aluno, suas dificuldades e limitações provenientes da deficiência. Que inclusão é esta em que parece não haver um tratamento adequado para com o aluno com necessidades especiais? Neste ponto faz-se necessário repensar se a experiência vivenciada pela pesquisadora é inclusão mesmo ou se é a integração, pois para integrar um aluno com necessidades especiais basta inseri-lo em uma escola comum para que ele venha a ter contato com um sistema escolar, seja na classe regular seja na classe especial.

Com a legislação brasileira apoiando e dando suporte para os alunos deficientes terem acesso a uma educação regular de qualidade, observa-se que o n°. de matrículas de deficientes em classes regulares tem aumentado no decorrer dos últimos anos se comparado com as matrículas realizadas em classes especiais. Por exemplo, no ano de 1999, foram realizadas 374.699 matrículas, em nível nacional, na educação especial e transcorridos dez anos (2009), este n°. subiu para 637.242, conferindo um aumento em torno de 70%.

Das 374.699 matrículas realizadas, em 1999, 311.354 destas foram feitas em escolas exclusivamente especializadas e/ou classes especiais e as demais, 63.345, em escolas regulares e/ou classes comuns. Já em 2009, do total de 637.242 matrículas, 250.908 foram realizadas em escolas exclusivamente especializadas e/ou classes

especiais e as demais, 386.334, em escolas regulares e/ou classes comuns. Então, de 1999 para 2009 o n°. de matrículas em escolas especializadas e/ou classes especiais diminuiu, pois em 1999 esse n°. correspondia cerca de 83% do total de matrículas e já em 2009 ele caiu para aproximadamente 40%. Por outro lado, o n°. de matrículas em escolas regulares e/ou classes comuns aumentou, pois em 1999 esse n°. correspondia cerca de 17% do total de matrículas e já em 2009 ele subiu para aproximadamente 60%. Logo o n°. de matrículas de alunos com necessidades especiais em classes regulares tem se tornado superior ao de classes especiais, com o decorrer dos anos.

Portanto, é possível notar uma concordância das leis brasileiras com o movimento de se ter uma educação acessível a todas as pessoas, inclusive aquelas que apresentam alguma deficiência. Mas para isso tornar realidade é necessário a preparação e a capacitação dos professores para lidar com as diferenças.

CONCLUSÕES

A proposta de inclusão tal como foi abordada neste trabalho tem seus aspectos positivos, mas, infelizmente, há também os negativos.

Erroneamente, muitos professores e outros profissionais pensam que para praticar a inclusão basta colocar o aluno com necessidades especiais matriculado em uma classe regular, porém a inclusão vai muito além de uma inclusão social. É necessário que na inclusão o aluno especial se desenvolva e aprenda como os demais alunos, observando suas limitações.

Dessa forma, acredita-se que para Teo, há ganhos na inclusão, como sua própria mãe relatou, mas há também perdas, como no caso da aprendizagem que fica prejudicada.

O que se percebe, segundo o relato da mãe de Teo, é que os benefícios trazidos pela inclusão são mais visíveis na educação infantil quando se tem apenas um professor, com dedicação de cerca de 4 horas para desenvolver as atividades com os alunos, e possui maior facilidade de adaptação de material.

Quando ingressam no ensino fundamental, a rotina muda completamente: os alunos passam a ter vários professores de diversas disciplinas, cada um com sua

cultura, com sua forma de lecionar, e com apenas 50 minutos para ensinar seu conteúdo. Os alunos, em grande parte, frente a estas mudanças, apresentam alterações no comportamento e no comprometimento com os estudos. Para os autistas, que possuem certa resistência à quebra de rotinas, a troca da educação infantil para o ensino fundamental, é mais complicada.

Percebe-se que tal como vem sendo incluído nesta escola, o Teo não tem tido tanto progressos quanto poderia ter, caso houvesse maior comprometimento por parte da instituição, professores e alunos com a sua inclusão.

Ter o aluno com necessidades especiais 'incluído' numa sala de aula regular, mas não desenvolver atividades

com ele, não fazer com que ele tenha avanços acaba-se tornando uma prática excludente.

Não se pode deixar de levar em conta os benefícios trazidos por esta inclusão, mas em âmbito geral, acredita-se que o Teo pudesse se desenvolver mais nas classes especiais, nas quais o número de alunos é reduzido e há profissionais habilitados para tal tarefa.

Para as classes regulares, com elevado número de alunos, o ideal seria ter um monitor, ou outro professor, alguém que pudesse dividir a responsabilidade de educar junto com o professor da turma. Portanto, os pais e/ou responsáveis devem buscar uma escola que favoreça o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais, seja ela especial ou regular.

BIBLIOGRAFIA

Brasil. (1988): **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

_____. (1990). **Lei N° 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

_____. (1996). **Lei N° 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm.

_____. (1999) **Decreto N° 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>.

_____. (2008). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>.

_____. (2008). **Decreto N° 6571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm
BOGDAN, R. C.; Biklen, S.K. (1994). **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora.

CAMARGO, S. P. H. (2007). **Competência social, inclusão escolar e autismo: Um estudo de caso comparativo**. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Rio grande do Sul. Disponível em: [http://www.msmedia.com/pospsico/producao2.asp?orientador=Cleonice Bosa LICK, Uwe \(org.\).\(2009\).Coleção Pesquisa Qualitativa](http://www.msmedia.com/pospsico/producao2.asp?orientador=Cleonice%20Bosa%20LICK,%20Uwe%20(org.).(2009).Coleção%20Pesquisa%20Qualitativa). Porto Alegre: Artmed.

GAUDERER, E. C.(1993). **Autismo**. [S.l]: Atheneu.

GIARDINETTO, A. R. dos S. B. (2009). **Educação do aluno com autismo: Um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural**. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual

Paulista, Marília. Disponível em:
http://www.marilia.unesp.br/Home/Posgraduacao/Educacao/Dissertacoes/giardinetto_ars_b_do_mar.pdf.

GOMES, C. G. S. (2007). **Desempenhos emergentes na aquisição de leitura funcional de crianças com autismo**. Dissertação de Mestrado em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em:
http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=212

GRANDIN, T.; Scariano, M. M. (1999). **Uma menina estranha: Autobiografia de uma autista** (2ª ed.). São Paulo: Cia. das Letras.

LAGO, M. (2007) **Autismo na escola: Ação e reflexão do professor**. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13077>.

MANTOAN, M. T. E (2006). **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** (2ª ed.). São Paulo: Moderna.

MARTINS, M. R. R. (2007). **Inclusão de alunos autistas no ensino regular: Concepções e práticas pedagógicas de professores regentes**. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica de Brasília. Brasília. Disponível em:
<http://www.inclusive.org.br/?p=10164>.

SERRA, D. C. G. (2004). **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: Desafios e processos**. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Ciências e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:
http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/DISSERTAO%20Dayse%20Carla%20G.%20Serra.pdf